

## O CENTENÁRIO MODERNISTA: OS NOVOS E AS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PARÁ, 1922-1923

Aldrin Moura de Figueiredo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o processo histórico de constituição de um grupo intelectual no Pará dos anos de 1920, responsável pela revisão e atualização do campo literário e artístico local, a partir de um diálogo com as matrizes intelectuais do chamado modernismo. Nos quadros das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, esses literatos ajudaram a inventar não somente o que chamavam de literatura moderna, mas também uma certa leitura da história da nação, balizada em premissas estéticas e nacionalistas, assim como no intenso cotidiano de festas e datas cívicas.

**Palavras-chave:** Modernismo; Pará; Centenário da Independência; Literatura; Século XX.

### THE MODERNIST CENTENARY: THE NEW ORDER AND THE CELEBRATIONS OF BRAZILIAN INDEPENDENCE IN THE STATE OF PARÁ, 1922-1923

**Abstract:** This article analyzes the historical constitution process of an intellectual group in the state of Pará in the 1920s. This group was responsible for revising and updating the local literary and artistic field through a dialogue with the intellectual matrices of the called modernism. In the celebrations of the Centenary of the Brazilian Independence, in 1922, these literati helped to invent not only what they called modern literature, but also a certain understanding of the nation's history, based on aesthetic and nationalist assumptions, as well as on the intense daily life of parties and civic dates.

**Keywords:** Modernism; The State of Pará - Brazil; Centenary of Independence; Literature; 20th Century

### EL CENTENARIO MODERNISTA: OS NOVOS Y LAS CONMEMORACIONES DE LA INDEPENDENCIA DE BRASIL EN PARÁ: 1922-1923

**Resumen:** Este artículo analiza el proceso histórico de constitución de un grupo intelectual en Pará en los años de 1920, responsable de revisar y actualizar el campo literario y artístico local, a partir de un diálogo con las matrizes intelectuales del llamado Modernismo. En el marco de las conmemoraciones del Centenario de la Independencia de Brasil, en 1922, estos literatos ayudaron a inventar no solo lo que llamaron literatura moderna, sino también una cierta lectura de la historia de la nación, basada en premisas estéticas y nacionalistas, así como en la intensa vida cotidiana de fiestas e citas cívicas.

**Palabras clave:** Modernismo; Pará; Centenario de la Independencia; Literatura; Siglo XX.

<sup>1</sup>Doutor em História (UNICAMP, 1996, 2001) e bolsista de produtividade do CNPq; professor da Faculdade de História da UFPA. Consultor e curador em diversas instituições de pesquisa do Brasil e do exterior; cumpriu estágio avançado em história da arte no Museu de América (Madri, Espanha) e intercâmbios de pesquisa em diversos museus europeus. É membro do Conselho Editorial do Senado Federal e é pesquisador vinculado à Cátedra João Lúcio de Azevedo (Instituto Camões e UFPA). Atualmente é o diretor do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e coordena o Grupo de Pesquisa em História Social da Arte (UFPA/CNPq), atuando como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2705-7782>  
E-mail: [aldrin@ufpa.br](mailto:aldrin@ufpa.br)



## 1. Moderna efeméride.

Uma semana depois dos festejos da independência em 1923, ano em que o Pará comemorava o centenário de sua “adesão” ao Império do Brasil, os círculos intelectuais de Belém viram nascer mais um magazine. A revista apareceu reclamando uma novidade: o modernismo literário. Com uma alcunha sugestiva, *Belém Nova* parecia contrapor-se a tudo que já havia ocorrido no campo das artes paraenses. O assunto percorria o que à época chamava-se mundanismo, capturado sob diversos ângulos e diferentes linguagens visuais – da fotografia à crônica, da pintura ao cinema, do teatro à poesia. Nomes respeitáveis não faltaram no primeiro número da revista. Mas se a proposta da ilustrada era nova, muitos de seus colaboradores já haviam passado há muito dos verdes anos. Velhos conhecidos na imprensa da capital do Pará, como José Simões; veneráveis acadêmicos como Severino Silva, o “príncipe dos poetas paraenses”; famosos e temidos lentes de gramática, como o professor Carlos Nascimento, todos estavam ali para pôr em suspeição o modernismo do periódico. Entremeando esses nomes, no entanto, estavam outros menos conhecidos, alguns completamente ignorados pela maioria de seus futuros leitores. Entre os tais, alguns confrades de uma recém-criada sociedade literária, aparecida em 1921, com o nome de *Associação dos Novos*: Ernani Vieira, Abguar Bastos, Jacques Flores, Paulo de Oliveira, De Campos Ribeiro e o próprio diretor da revista, Bruno de Menezes, dispunham-se entre os estreantes.

Enquanto Severino Silva escrevia um “pórtico”, à guisa de apresentação do magazine, justificando a nobreza de ideais da juventude paraense, Abguar Bastos criticava a hipocrisia e o excessivo moralismo social, em almas que plagiavam valores alienígenas. Ao mesmo tempo em que Carlos Nascimento publicava, ainda nos ecos da efeméride da independência, um soneto em alusão à “Terra Mater”, De Campos Ribeiro comentava numa bela crônica o acontecido “à margem de uma vespéral artística”, aproveitando para denunciar “a vulgaridade cabotina dos medíocres”, dos artistas que viviam de sua própria efígie<sup>2</sup>. Certamente havia algo de explicitamente novo naquela revista. Um longo percurso nas artes amazônicas parecia concluir-se ali, num trajeto que começou antes, muito antes. No Pará, a história inventou o modernismo e, certamente, o modernismo criou uma certa leitura da história da nação. Se no princípio foi necessário pintar um novo passado amazônico, como na tela inaugural de Theodoro Braga, e com isso firmar uma nova interpretação da Amazônia na história do país, nos anos seguintes foi imprescindível estabelecer os contornos políticos desse movimento intelectual, no intenso cotidiano de festas e datas cívicas revestidas de cunho literário. O modernismo amazônico se configurou no rescaldo de tudo isso, com o aprendizado e a indignação dos novos letrados locais.

Nas cinzas dos festejos do centenário da independência no Pará, em 1922 e 1923, ficaram algumas das histórias da história paraense. Os intelectuais que militavam entre os “novos” utilizaram-se da efeméride para tentar imprimir novos significados para as legendas pátrias<sup>3</sup>. Das contendas em torno do conceito da adesão do Pará ao Império do Brasil conservou-se, mais do que tudo, o seu valor heurístico, agora crivado por uma nova ideia de contato entre o Norte e o Sul do Brasil. A independência política passou afinal por um processo de tradução para o campo literário. O Rio de Janeiro, corte de outrora, deu lugar a São Paulo, que buscava ser o centro do presente. A aparente antinomia na atuação dos literatos locais revelou de fato a ambiguidade do modernismo dos anos 20 por plagas amazônicas. Era hora de rever a história do antigo Grão-Pará, forjada à distância da trajetória brasileira, do mesmo modo que se deveriam estabelecer contatos no âmbito da literatura, das artes, dos costumes do cotidiano. A década de 1820 acabou se tornando uma espécie de mito de origem para um novo projeto de nação, agora retomado cem anos depois, não mais apenas numa perspectiva política, mas sobretudo literária. Enquanto isso, nos anos de 1920, de modo análogo, os literatos paraenses também se aproximaram do Brasil, aderindo, conflitando e, ao mesmo tempo, propondo a construção de uma nova identidade nacional, enquadrada sob o ângulo do Norte.

<sup>2</sup>De Campos Ribeiro, “À margem de um vespéral artística”. *Belém Nova*. n.1. Belém, 19 de setembro de 1923.

<sup>3</sup>Sobre os festejos da Independência, ver também Marly Motta, *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992, e Wlamira Albuquerque, *Algazaras nas ruas: comemorações da Independência na Bahia, 1889-1923*. Campinas: Unicamp; Cecult, 1999.

Foi, sem nenhuma dúvida, exemplar que a primeira publicação coletiva dos jovens literatos paraenses, antes do aparecimento de *Belém Nova*, tenha sido feita justamente em homenagem ao centenário da independência. O pequeno livro *Os novos e o centenário: verso e reverso* saiu do prelo em 1922, com 31 poemas escolhidos entre os membros da Associação dos Novos<sup>4</sup>. Publicaram no livro: Ernani Vieira, com os poemas *Do verde-auri-saphirico pendão*, *Dona Alegria*, *Ella*, *O cigarro* (para o sentimento emotivo de Raul Bopp e para os “novos” da “associação”), e *Numa gota de pranto*; Arlindo Ribeiro de Castro, *Dúvida* (datado de agosto de 1922), e *Olhando minha Pátria* (datado de 9 de maio de 1922); José Sampaio De Campos Ribeiro, com os poemas *Postal*, *For ever!*, e *Em teu lenço...*; Paulo Gomes de Oliveira, com os versos *Corpo*, e *Super Omnia*; José Rocha Júnior, com *Delírio*, e *Cemitério do passado*; Mário Platilha, *Desdita*, e *Impossível*; Benigno Farias Gama, *Maio*, *Versos*, *A mãe seringueira*, e *Scismas...* (aos meus colegas R. Nonnato e Brites Motta); Raymundo Nonnato, *Sarcasmo*; Bruno de Menezes, *Do drama íntimo d’Anvers*, e *Poema da noite*; Luiz Moraes, *Fascinação*; David Gervasio, *Resignado*; Luiz Moraes, *Última carta*; João Mesquita, *A cruz de amar*; Muniz Barreto, *Tristeza*; Clovis de Gusmão, *A escrava loira*, e *Queda de um ídolo*; e Pedro Lisboa, *Saudades*; Muniz Barreto, *Almas irmãs*; Eurico Fernandes, *Mulheres do século XX* (a Paulo de Oliveira); e Gabriel Lage, com o poema *Noturno*. Dentre os jovens, apenas uma mulher: Brites Motta, com os poemas *Punição* e *Último sonho*.

## 2. Poemas como manifesto.

Passando vista nos poemas dos jovens paraenses, a primeira atenção é que não há nenhum tipo ou desejo de rígida filiação a qualquer escola e, talvez, parte do jogo entre modernidade e tradição desses intelectuais esteja exatamente nesse largo e abrangente esquadro literário. Desde aquela liberdade de criação e de expressão, ênfases nacionalistas, enredos com a religiosidade, emoções individuais, retratos pessimistas, diálogos com a natureza amazônica, e tudo aquilo preconizado pelos românticos; passando pelo culto à forma e rigor estético, permeado por valores clássicos, tão central no parnasianismo, e logo a seguir o principal alvo de destempero desses mesmos jovens poetas<sup>5</sup>. Tomando a própria ideia de efeméride cívica, os novos paraenses buscavam, de certo modo, o sentido da vida ao combinar temas da realidade com fatos históricos e invocações de repertório mitológico. É assim que, em que pese o desejo de atingir o mais alto grau de perfeição poética, com metrificação, versificação e esquema de rimas, os temas enveredavam por imagens de ironia e escárnio, dramas pessoais, sentimentos existenciais e *flashes* da vida mundana. Entre o palavreado culto e rimas raras, ricas e perfeitas, alguns desses poetas exploravam o velho soneto, no molde fixo dos dois quartetos e dois tercetos, para adentrar nos sentimentos do presente, da vida dos nossos dias, for ever, como quis De Campos Ribeiro.

Entre os jovens, Ernani Vieira tomou a si a responsabilidade de abrir o volume com um soneto alusivo à data – *Auri-verde-safírico pendão*, retomando a velha fórmula republicana da bandeira como símbolo da pátria, monumento da nacionalidade.

“Vê, admira, repara: ali vibra em renovo,  
a flora, o fruto e o céu, e o lema de uma Pátria,  
e mais, e muito mais: o coração de um Povo!”<sup>6</sup>

O tom parnasiano dos versos, mais do que fórmula estilística, representava ainda o melhor canal para descrição da grandeza do país, na linha palavrosa e retumbante do cânone. Tanto isto foi certo, que os demais poetas estiveram livres para versejar sobre os temas mais diversos, todos aparentemente alheios ao sentido da ocasião. Diferentemente do que acontecia no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, analisado no capítulo anterior, ou mesmo nas sessões da Academia Paraense de Letras, que tinha como confrades praticamente os mesmos nomes daquele instituto, os moços da *Associação dos Novos* já anunciavam seu desejo de liberdade intelectual e exercício pleno da poesia. A princípio, as impressões foram as melhores entre os velhos letrados da terra, certamente endossadas pelo ar cívico da homenagem de 1922. Ignacio Moura, por exemplo, aquele mesmo que

<sup>4</sup>Colaboraram nessa publicação, Ernani Vieira, A. Ribeiro de Castro, José Sampaio De Campos Ribeiro, Paulo de Oliveira, J. Rocha Júnior, Mário Platilha, Farias Gama, Raymundo Nonnato, Bruno de Menezes, Luiz Moraes, David Gervásio, João Mesquita, Muniz Barreto, Clóvis de Gusmão, Brites Motta, Pedro Lisboa, Eurico Fernandes e Gabriel Lage.

<sup>5</sup>Aldrin Moura de Figueiredo, *Efêmeros e vândalos: narrativa, cânone e herança modernista na Amazônia (1916-1929)*. In: Maria Bernardete Ramos Flores; Patrícia Peterle. (Orgs.). *História e arte: herança, memória e patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 303-333.

<sup>6</sup>Ernani Vieira, “Auri-verde-safírico pendão”. In: *Os novos e o centenário: verso e reverso*. Belém: Associação dos Novos, 1922, p.5.

havia presidido a comissão dos festejos do tricentenário de Belém, em 1916, esteve em visita à Associação, publicando em jornal uma cuidadosa observação da nova sociedade. O eco entre os jovens foi tamanho que o texto acabou servindo de prefácio ao livro. “Tomamos à *Folha do Norte* o brilhante suelto abaixo, no qual o velho mestre Dr. Ignacio Moura, descreve a sua visita a nossa humilde sede. Honra nos abrimos as páginas de prosa, com este trabalho do sábio paraense”<sup>7</sup>, escreve Farias Gama, o presidente da sociedade e responsável pela edição.

Mais do que o texto de Ignacio Moura, é o significado de sua visita o mais importante a ser comentado aqui, pois representava como que um retrato muito fiel das origens e da formação do modernismo na Amazônia – o aspecto por vezes conciliador entre as gerações intelectuais, entre o presente e o passado. Não era sem sentido que Eustachio de Azevedo, contemporâneo de Ignacio Moura, afirmou, ainda em 1922, que os *Novos* eram “dignos sucessores das últimas camadas de intelectuais que se foram, herdando-lhes toda a pujança de espírito e todos os ideais falazes daqueles vencidos da vida”<sup>8</sup>. O encontro dos jovens com os velhos ainda se dava à moda do século XIX e do sarau literário. Ignacio Moura lembrava a fluência dos mancebos: “Ernani Vieira, em castigados alexandrinos, descreveu um velho castelo, onde morava a Afeição, a Esperança e a Tristeza; De Campos Ribeiro, Abguar Bastos, Paulo de Oliveira, A. Ribeiro de Castro, Clóvis de Gusmão, Lauro Paredes, Mario Plátilha e tantos outros, que por maior encanto do meu espírito já esqueci os nomes, transformaram aquela velha casa em resplandecente Thabor”<sup>9</sup>. De “convívio de Musas” à “morada de fadas”, os epítetos variavam guardando o mesmo sentido. A diversidade, embora tênue, ficava por conta das performances individuais que não mereceram o comentário mais cuidadoso do velho Moura. Paulo de Oliveira começava a enveredar pelo campo existencial e filosófico<sup>10</sup>; De Campos Ribeiro viajava literalmente pelos estrangeirismos<sup>11</sup> e, uma moça, que reiteramos única entre os poetas, Brites Motta, relia as angústias e sentimentos femininos<sup>12</sup>. A temática do nacional, da efeméride pátria, do elogio cívico era apenas mais um entre os assuntos cultivados, como em *Olhando a minha Pátria*, de Arlindo Ribeiro de Castro, ou em *A mãe seringueira*, de Farias Gama, no qual a Amazônia e o seu símbolo máximo à época acabaram por sintetizar a nação<sup>13</sup>.

Tomando essa profusão de temas e abordagens em poesia, com intuito de comemorar uma data nacional, deve-se pensar no sentido ideológico de uma publicação como essa de que tratamos. Para lembrar Raymond Williams, é necessário pensar nessa impressão como um meio de produção cultural, a par do que acontecia com os encontros musicais, debates sobre a fotografia e o cinema e outras novidades já bem estabelecidas, para muito além da frequência da vida moderna. Em conjunto, os poemas soam como manifestos, espécies de emblemas autoconscientes e propagandísticos<sup>14</sup>. As vanguardas estéticas, como também já anotou Eric Hobsbawm, anunciaram sua chegada com uma visão apaixonada do novo, e rapidamente tiveram que lidar com a efemeridade de propósito, disputas e fracassos, tentando evitar que as inovações se fixassem como ortodoxias.<sup>15</sup>

Mas afinal o que diferenciava esses jovens em relação aos velhos? Longe de ser apenas uma questão etária, havia o tópico da identidade intelectual em questão. Os rapazes não apenas se diziam “novos”, mas eram identificados politicamente como tais. Diferentemente do que se viu nas décadas anteriores, o gosto pelo passado estava perdendo espaço para uma outra leitura da história, muito mais vinculada ao tempo presente. E o que é mais interessante é que a mudança no eixo interpretativo desses literatos se deu exatamente na experiência de reificação do passado, na eleição

<sup>7</sup>Cf. Os novos e o centenário, 1922, p.2. Sobre o papel de Ignacio Moura no campo intelectual paraense, ver Aldrin Moura de Figueiredo; Tarcísio Cardoso Moraes, Ignacio Baptista de Moura, polígrafo, 1857- 1929. Revista de Estudos Amazônicos, v. 2, p. 69-73, 2007.

<sup>8</sup> J. Eustachio de Azevedo, Literatura paraense. 2aed. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943 [1922], p.151.

<sup>9</sup> Cf. Os novos e o centenário, 1922, p.3. Aqui é uma referência alegórica ao Monte Tabor, na Galileia. Muitos acreditam que foi no topo deste monte que, segundo os Evangelhos do Novo Testamento da Bíblia, teria ocorrido a transfiguração de Jesus Cristo, sendo por isso considerado como um dos lugares místicos da Terra Santa, ligado ao culto da Transfiguração, particularmente reverenciado pelas igrejas orientais, nomeadamente pela Igreja Ortodoxa Grega. Cabe aqui destacar a forma simbolista, nessa época, dessas imagens na poesia, inclusive europeia

<sup>10</sup> Paulo de Oliveira, “Corpo” e “Super Omnia”. In: Os novos e o centenário, 1922, respectivamente p.10 e 16.

<sup>11</sup> De Campos Ribeiro, “Postal” e “For ever!”. In: Os novos e o centenário, 1922, respectivamente p.9 e 12- 13.

<sup>12</sup> Brites Motta, “Renuncia Suprema” e “Ultimo sonho”. In: Os novos e o centenário, 1922, respectivamente p.32 e 37.

<sup>13</sup> Cf. “Olhando a minha Pátria, maio-9-1922”, de Arlindo Ribeiro de Castro, e “A mãe seringueira”, de Benigno Farias Gama. In: Os novos e o centenário, 1922, respectivamente p.17 e p.43-45.

<sup>14</sup> Raymond Williams, When was Modernism? New Left Review, n. 175, p.48-52, 1989, p.48.

<sup>15</sup> Eric Hobsbawm, Behind the times: the decline and fall of the twentieth-century avant-gardes. New York: Thames and Hudson, 1999, p.19.

e edificação das efemérides, poliantéias e datas cívicas. A construção imagética e historiográfica da *Belém Velha*, que tinha sido o fundamento máximo da geração de Theodoro Braga, perdia lugar para a construção de uma *Belém Nova*, simbolizada exemplarmente no título do magazine homônimo, festejado já à época como embrião da nova geração moderna do Pará<sup>16</sup>. Além de juntar novos e velhos numa ambiciosa empresa literária, a revista contou com a colaboração e o trânsito de literatos oriundos de outros estados, especialmente do Amazonas, Maranhão, Rio de Grande do Norte e Pernambuco, sinalizando para uma das principais preocupações dos escritores locais: o nacional e o regional na literatura brasileira.

Num dos primeiros números da revista, Bruno de Menezes e Abguar Bastos expuseram, em manifestos, essa inquietação nortista. Bruno chamava de “reação necessária” o movimento que ocorria de “Norte a Sul” numa espécie de “endosse de concepção e sentimento, revolucionando as artes e as letras”. Mais adiante, reconhecia o papel da “bizarra Paulicéia” como a “sede” onde pontificava uma “plêiade de reformadores” – encorajados por Monteiro Lobato e pelo editor Fernão Dias Pais Leme. Em São Paulo, afinal, existia um dos centros que irradiava novidade pelo país afora, não mais que isto. O “Sul” sim, este representava um ente político que ignorava solenemente a literatura do “Norte”<sup>17</sup>. Abguar Bastos afirmava, no mesmo número da revista: “O Sul, propositadamente, se esquece de nós”. Clamando aos colegas que se unissem pela liberdade das letras amazônicas, provocava os brios paraenses: “a literatura equatorial é uma história de mitologia que se anda a contar nos corredores da Academia Brasileira”. Portanto, era urgente uma nova independência: “criemos a Academia Brasileira do Norte!”, bradava o poeta. E concluía, endossando um dos propósitos de *Belém Nova*: “que Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão e Amazonas, se unam, se fraternizem para o apoio da nossa Renascença!”, e mais: “que o intercâmbio entre esses Estados seja um fato nacional!”<sup>18</sup>.

*Independência e adesão*, bem entendido, fazem parte de um mesmo jogo político no interior das genealogias intelectuais. Era necessário aderir ao grito de renovação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se fundamental manter a independência da hegemonia sulista. Na década de 1920, as ideias de bairrismo, regionalismo e nacionalismo ganharam uma politização conceitual nunca vista por essas bandas<sup>19</sup>. Ao lado disto, os literatos passaram a enfatizar cada vez mais em seus ensaios, crônicas e editoriais a questão da constituição de um *centro* e das *várias periferias* como um dos principais problemas na literatura e nas artes brasileiras. Na verdade, esse questionamento convivia com um outro: os literatos paraenses não estavam mais seguindo o mesmo itinerário intelectual dos fins do século XIX, procurando espaço entre aqueles que militavam na capital da República. Quando em vez, as revistas lembravam de alguns nomes, como José Veríssimo (1857-1916) ou Inglês de Souza (1853-1918), que haviam feito esse percurso em busca de um reconhecimento maior. Mas agora a situação parecia muito diferente. Não era possível que, do ponto de vista intelectual, um velho quadro político brasileiro estivesse desmoronando. Era mesmo estarecedor assistir a antiga corte imperial e depois capital de República perdendo o espaço de vitrine intelectual do país para uma “província” como São Paulo<sup>20</sup>.

Por mais que as notícias dos sucessos alcançados pela “metrópole do café” chegassem às redações paraenses, os articulistas continuavam cheios de reservas. A situação, porém, era muito ambígua. Apesar de críticos da centralização cultural, os literatos não somente conviviam com essa realidade como também reificavam a existência de um ponto de propagação e convergência de todas as vanguardas artísticas nacionais. Em 1923, o escritor Carlos Leão analisando o problema econômico vivido pelo Pará com o declínio da borracha, afirmava que estava em São Paulo o melhor exemplo

<sup>16</sup> Abguar Bastos, “À geração que surge”. *Belém Nova*. n.5. Belém, 10 de novembro de 1923. Essa disputa entre passado e presente é abordada em destaque na minha tese de doutorado. Cf. Aldrin Moura de Figueiredo, *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

<sup>17</sup> Bruno de Menezes, “Uma reação necessária”. *Belém Nova*. n.5. Belém, 10 de novembro de 1923.

<sup>18</sup> Abguar Bastos, “À geração que surge”. *Belém Nova*. n.5. Belém, 10 de novembro de 1923. Os manifestos são um tema de destaque na produção e no debate intelectual desses jovens. Ver, Aldrin Moura de Figueiredo, *De pinceis e letras: os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 1920*. *Territórios e Fronteiras*, v. 9, p. 130-155, 2016.

<sup>19</sup> O problema do regionalismo teve enorme repercussão praticamente em todos os Estados do Norte e do Nordeste, em especial em Pernambuco, onde Gilberto Freyre destacou-se na crítica à pretensa hegemonia cultural e intelectual de São Paulo sobre o resto do país. Cf. Gilberto Freyre, “A propósito de paulistas”. In: *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: CEB, 1943, pp.76-133. Sobre o contexto desse debate, ver Neroaldo Azevedo, *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

<sup>20</sup> Essa também era uma questão para os literatos paulistas das primeiras décadas do século, mas obviamente lida de outro modo. Cf. Marcia Camargos, “São Paulo: província ou metrópole?”. In: *Villa Kyrial: crônica da belle-époque paulistana*. São Paulo: Senac, 2001, pp.32-35.

para se driblar a crise, pois o estado além do café havia prosperado “com a policultura e a indústria”<sup>21</sup>. De um campo a outro, os elogios continuavam no mesmo número da revista. Num poema-manifesto, o amazonense Francisco Galvão (1903-1956) afirmava: “São Paulo está com as nossas ideias. *Klaxon* é um grito de revolta na amplidão”<sup>22</sup>. Mas, não havia consenso sobre as boas intenções paulistas. Em 1922, alguns meses depois da Semana de Arte Moderna, Bianor Penalber, secretário da revista *A Semana*, ao registrar o lançamento do livro *O inconfidente*, do escritor pernambucano Zeferino Galvão, tecia elogios ao seu autor por ter, entre outros feitos, conseguido sucesso em São Paulo, já que, como todos sabiam, os paulistas eram “ciosos de que todas as glórias lhes pertençam”<sup>23</sup>. E, já que a discussão parecia interminável e insolúvel, cada canto do país teria que procurar seu próprio caminho. Dentre todos, o regionalismo foi, sem nenhuma dúvida o percurso mais procurado.

### 3. Amazônia modernista, comunidade imaginada.

Ainda em 1923, a revista *Belém Nova* expunha em outro manifesto que, para lutar contra o “arcaísmo” e para fazer “predominar no Brasil uma outra “arte”, isenta de modelos estrangeiros, livre de imitações escolásticas, independente no sentido lato da palavra”, era fundamental assumir o “regional” – principal abrigo da “vitalidade de uma raça”<sup>24</sup>. No ano seguinte, Camillo Athayde, colaborador do magazine, constatava o alcance dessa perspectiva entre os literatos locais. Atestava que uma simples observação no meio intelectual da terra era capaz de assinalar o “grande movimento de reação” que se operava na “esfera da nossa literatura regional”. A vivacidade da imprensa e o aparecimento de publicações diversas pareciam demonstrar que “o ressurgimento das letras na Amazônia” era, afinal, “uma verdade incontestável”<sup>25</sup>. Regional, regionalismo e regionalista serão a partir daí expressões polissêmicas, manipuladas com múltiplos significados, mas que guardavam um sentido comum quando se queria definir uma certa autenticidade à produção literária local. Símbolo do regionalismo paraense poderia ser inclusive um velho escritor passadista como Severino Silva, apontado, por Abguar Bastos, como um “clássico” na poesia regional<sup>26</sup>. Noutra direção, o escritor Alfredo Ladislau, confesso discípulo de Euclides da Cunha, apostava na existência de um “homem regional” que, como a natureza amazônica, parecia já fazer parte da “riqueza estética da paisagem”<sup>27</sup>. Havia ainda quem situasse a importância do regional no contexto nacional, como Bruno de Menezes, que, ao fazer um primeiro retrospecto das atividades de *Belém Nova*, acabou por construir uma visão idealizada do Sul do Brasil. Sustentava que nesses centros havia o hábito mais corrente da leitura, o que se refletia no “natural e louvável orgulho em valorizar as publicações regionais”, fruto de uma forte corrente intelectual, semeadora do bom gosto estético”. No Pará, entretanto, muitos ainda viviam “nédios, felizes, lendo apenas os matutinos e os libretos, por um princípio de boa e fácil digestão”. Mais adiante concluía: “estamos no momento em que mais nos preocupamos com as oscilações do câmbio, do que com letras de forma”<sup>28</sup>.

O desdobramento dessa controvérsia sobre o regionalismo opôs pelo menos duas visões distintas: de um lado, um ponto de vista que, à época, foi qualificado de “paroquiano” por defender e apostar que a literatura era o bem maior de uma região, de uma “comunidade”, importando essencialmente a seus filhos e membros o conhecimento e identificação dessa realidade; de outro lado, punham-se os universalistas, apelidados de “cosmopolitas” por bradarem em favor da propagação da linguagem e dos costumes da Amazônia pelo mundo afora. Cabe aqui a inflexão, a partir da obra Benedict Anderson, sobre a construção de uma ideia de Amazônia moderna, alter ego da Amazônia real. Apesar de todo o discurso identitário, cada vez mais é invocado um projeto de comunidade socialmente construído, em que nação e região ganham profundo destaque, filiado a percepções

<sup>21</sup> Carlos Leão, “Natureza Amazônica”. *Belém Nova*. n.2. Belém, 30 de setembro de 1923.

<sup>22</sup> Francisco Galvão, “Manifesto da Belleza”. *Belém Nova*. n.2. Belém, 30 de setembro de 1923.

<sup>23</sup> Bianor Penalber, “Nos domínios das letras”. *A Semana*. n.229. Belém, 2 de setembro de 1922.

<sup>24</sup> Bruno de Menezes, “Uma reação necessária”. *Belém Nova*. n.5. Belém, 10 de novembro de 1923.

<sup>25</sup> Camillo Athayde, “O Pará literário e a geração moderna”. *Belém Nova*. n.15. Belém, 31 de maio de 1924.

<sup>26</sup> Abguar Bastos, “A poesia na terra das Amazonas”. *Belém Nova*. n.2. Belém, 30 de setembro de 1923.

<sup>27</sup> Alfredo Ladislau, “Psicologia dos lagos”. *Belém Nova*. n.4. Belém, 31 de outubro de 1923. A obra mais importante desse autor foi *Terra imatura*. 2ª edição revista. Belém: Livraria Clássica, 1925, cujos capítulos foram largamente reproduzidos na imprensa, em toda a década de 1920, mitificados como exemplos de uma interpretação do Brasil, a partir da Amazônia. Para uma leitura dos pressupostos de Alfredo Ladislau, vide Euclides da Cunha, *À margem da história*. Porto: Livraria Chardron, 1909 e Alberto Rangel, *O inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Florença: Typ. Minerva, 1908; e *Idem*, *Sombras n' água: vidas e paisagens no Brasil equatorial*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1913.

<sup>28</sup> Bruno de Menezes, “Pra frente!”. *Belém Nova*. n.4. Belém, 31 de outubro de 1923.

bastante objetivas de passado e presente. Certamente esse conceito ganha ainda mais significado no contexto da efeméride do centenário da independência, em cujo momento uma comunidade de sentidos ganha destaque, com demandas intelectuais desenhadas sob riscado político. Noções de soberania e afinidade mútuas, espírito de nacionalidade e desejo associativo provocavam uma utopia de comunhão<sup>29</sup>, nem sempre havia mesmo interação literária e social entre muitos dos grupos que, inclusive eram muitos e também efêmeros, no entanto esses intelectuais não deixavam de compartilhar interesses, fórmulas de pertencimento, padrões discursivos, partilha de valores e muitas vezes, estruturas de sentimentos comuns<sup>30</sup>.

Está claro que fabulações, devaneios e experiências intelectuais em torno do sentimento de nacionalidade se inscrevem no que diferentes autores, como o mesmo Anderson, ou ainda Ernest Gellner e Eric Hobsbawm, atribuem ao fenômeno da modernidade<sup>31</sup>. Nessa sociedade dos anos de 1920, com jovens intelectuais que buscavam uma vida fremente, as duas tendências que se posicionavam entre o local e o universal, pareciam muito bem fundamentadas sob o ponto de vista político. A diferença nas interpretações explicava-se no próprio conceito de regionalismo. Para os primeiros, estava em jogo um caráter literário peculiar, baseado nas locuções tradicionais, que desvelava um problema de identidade regional, capaz de ser compreendido em sua totalidade apenas por quem partilhasse aqueles mesmos valores e experiências. Para os opositores dessa ideia, havia um outro ponto que superava essa interpretação: o “regional” só poderia de fato se afirmar em um contexto mais amplo – nacional ou quiçá “universal” - por contraposição, confronto e comparação.

Ao buscar os representantes de tais correntes, reencontramos alguns nomes conhecidos: o escritor e crítico José Eustachio de Azevedo e Jorge Hurley, mais moço, por exemplo, já vinham de uma antiga militância nas letras locais. A seu lado destes, estavam outros, como o poeta Rocha Moreira, figura de proa na revista *A Semana* e os jovens Manoel Nunes Pereira e José Carvalho, que anos depois irão se destacar nos estudos de etnologia e folclore, área que se mostrou candente à perspectiva política que abraçaram. Em outra direção estavam os principais nomes da revista *Belém Nova*: Bruno de Menezes, Clóvis de Gusmão, Francisco Galvão, Paulo de Oliveira, Jacques Flores e De Campos Ribeiro. Mas, como sempre, não parecia haver um critério muito rígido para o literato acompanhar esta ou aquela tendência. Misturavam-se aí sonhos políticos e trajetórias individuais, mais do que qualquer filiação partidária a uma redação de jornal ou facção doutrinária. Muitos colaboradores de *A Semana*, como era o caso do escritor Sandoval Lage, por exemplo, caminhavam nesse particular ao lado dos “concorrentes” do outro magazine.

#### 4. Memórias decadentistas.

Embora existissem disposições contrárias de parte a parte, o trânsito de ideias e de atitudes era permitido e enfatizado entre os literatos de então. Era até certo ponto costumeiro abrir espaço nos jornais e revistas aos críticos de oposição mais ferrenhos. Em toda a década de 1920, uma gazeta iria sobressair nesse aspecto – *O Imparcial*, de propriedade do advogado e jornalista Dr. Dejard de Mendonça. O jornal, aparecido em 1913, teve, desde sua origem, um forte pendor de oposição ao governo, o que implicou no empastelamento de suas oficinas já no ano seguinte, devido às violentas críticas dirigidas à administração de Enéas Martins (1913-1917). A partir de 1917, sob novo comando, o jornal retomou suas atividades e também a diretriz oposicionista que iria caracterizá-lo nos anos de 1920. Vários intelectuais, das mais diversas tendências políticas frequentaram suas colunas, mas nenhum deles sobressaiu tanto quanto o crítico literário Ramiro Ribeiro de Castro, irmão de um dos congregados na Associação dos Novos, o poeta Arlindo Ribeiro de Castro. Dono de um texto áspero, irônico e profundamente severo com os iniciantes nas letras, este sujeito foi o principal encaixe na trajetória dos modernistas paraenses. No que toca a este artigo, basta reiterar apenas que o exercício da polêmica fazia parte do *savoir-faire* dos literatos, como algo constitutivo do próprio ofício na arena política. Tanto isso era certo que, fora dos limites das sociedades literárias e da imprensa paraense, os intelectuais apareciam em bloco como representantes de um amplo movimento de renovação que tomava conta das letras amazônicas.

<sup>29</sup> Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2ª ed. London: Verso, 1991, p. 224.

<sup>30</sup> Raymond Williams, "The Bloomsbury fraction". In: *Problems in materialism and culture*. Londres, Verso, 1982, p.149.

<sup>31</sup> Ernest Gellner, *Nations and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983; e Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1780: programme, myth, reality*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Já em 1922, *O Mundo Literário (mensário de literatura nacional e estrangeira)*, dirigido por Pereira da Silva e Théo Filho, veiculado principalmente na capital carioca, trazia a seção *Literatura nos Estados*, onde apareciam as resenhas sobre a produção literária nos vários cantos do Brasil. Além da presença constante de autores que fizeram fama no Pará, como Peregrino Júnior e Oswaldo Orico, publicando contos e crônicas, alternavam-se, na escrita dos informes da seção, os escritores Emílio de Macedo e Francisco Galvão. Logo no segundo número, Macedo procurou fazer um retrospecto do que havia acontecido nas últimas décadas com a literatura paraense, utilizando-se, para isso, de uma crônica publicada por Assis Chateaubriand, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Retomando a perspectiva do cosmopolitismo regional, a notícia pretendia desvelar rapidamente “a situação passada e presente da Amazônia longínqua”, ignorada quase que completamente no centro-sul do país. E assim os nomes iam aparecendo, quase todos remanescentes da “corte suntuária de Antônio Lemos – experimentado político nortista, da escola de Maquiavel, que durante vários quinquênios dominou soberanamente o Pará”<sup>32</sup>. Essa volta no tempo havia sido lembrada por Chateaubriand por um único motivo: não se podia, no Rio de Janeiro, fazer-se “a mínima ideia do que eram Belém e Manaus, quando a borracha mantinha com o café o câmbio do Brasil, atingindo em 1910 um superávit de 254 mil contos contra 140 mil de Santos”. O dinheiro era tanto que, em apenas 5 anos, a Amazônia permitiu ao tesouro nacional arrecadar “só da *Hevea* 300 mil contos e aos dois estados 114 mil”<sup>33</sup>. Os investimentos em artes e literatura foram vistos então como apenas uma consequência da extravagância e do esbanjamento da época. O importante nessa memória do velho Lemos era, no entanto, o que havia ficado para os novos literatos dos anos de 1920, justamente os que viveram o fim desse tempo de fausto. O poeta amazonense Francisco Galvão, que residia no Rio de Janeiro, deu conta dessa geração subsequente. Certo ar memorialístico e decadentista toma conta da narrativa. Reiterava o distanciamento que persistia entre Belém e a capital da República, deixando os literatos locais escondidos em “doloroso mutismo”, vivendo “enclausurados em sua própria arte, longinquamente, sem que se tenha notícias de suas obras”<sup>34</sup>. Nessas resenhas, parecia, no entanto, que o Pará ainda vivia entre os remanescentes de seu *fin-de-siècle* e a nova geração que despontava. Galvão, que era um dos “novos”, elogiava os mais velhos exatamente naqueles aspectos que fizeram parte do discurso político dos modernos. O poeta Severino Silva, que a essa altura com 37 anos já aparecia entre os decanos paraenses, era lembrado por escrever “indiferente aos clangores do cabotinismo em moda”. Dejard de Mendonça recebia o epíteto de “vigoroso panfletário”, cuja pena era um “azorrague violento” contra a usurpação dos medíocres. O jornalista Paulo Maranhão, proprietário do jornal *A Folha do Norte* desde 1917, também era citado com a mesma ênfase por ter feito dura oposição às oligarquias locais. Enquanto isso, o padre francês Florêncio Dubois, principal redator do jornal católico *A Palavra*, era mencionado pelo tom combativo e polêmico com que se dirigia aos desafetos das letras, embora fosse simpático ao modernismo que se lançava. Além desses nomes, Galvão procurou dar destaque aos mais novos, seus companheiros de geração. Lembrava do cronista Genaro Ponte de Souza e do poeta Arnaldo Valle. Mas foi Bruno de Menezes, o diretor de *Belém Nova*, que ganhou a atenção especial de Francisco Galvão. A razão parecia simples: Bruno de Menezes representava de fato uma grande novidade. Galvão afirmava que a crítica minuciosa havia de julgá-lo “simbolista, pela maneira rebeldemente criadora de como escreve seus poemas”. Contestando a sentença, o poeta amazonense retrucava: “eu o classificarei muito justamente de modernista, e assim o designo, pela originalidade de seus versos bem feitos (...) tão diferentes da craveira comum”. Esquadrinhando a estilística, Galvão reiterava: “sua técnica é moderna” e o seu “estilo não segue o espartilhamento rigoroso das escolas”. Longe, no Rio de Janeiro, o resenhista imaginava a campanha contrária que Bruno deveria estar sofrendo por causa de “seu sentimento de rebeldia” que se encontrava, à época, no mesmo plano de Ribeiro Couto, Menotti del Picchia, Onestaldo Pennafort e Guilherme de Almeida<sup>35</sup>. Mais do que tudo, Bruno havia realizado uma façanha impossível de igualar, qual seja criado *Belém-Nova*. O texto de Francisco Galvão relatando como recebeu a notícia do feito merece ser transcrito.

<sup>29</sup> Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2ª ed. London: Verso, 1991, p. 224.

<sup>30</sup> Raymond Williams, “The Bloomsbury fraction”. In: *Problems in materialism and culture*. Londres, Verso, 1982, p.149.

<sup>31</sup> Ernest Gellner, *Nations and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983; e Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1780: programme, myth, reality*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

<sup>32</sup> Emílio de Macedo, “Literatura nos Estados: Pará”. *Mundo Litterario*. v.1, n.2. Rio de Janeiro, 1922, p.243. Sobre a construção da memória de Antonio Lemos, vide Maria de Nazaré Sarges, *Memórias do velho intendente: Antonio Lemos, 1869-1973*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

<sup>33</sup> Emílio de Macedo, “Literatura nos Estados: Pará”. *Mundo Litterario*. v.1, n.2. Rio de Janeiro, 1922, p.243.

<sup>34</sup> Francisco Galvão, “Literatura nos Estados: Pará”. *Mundo Litterario*. v.4, n.12. Rio de Janeiro, 1923, p.105.

<sup>35</sup> Francisco Galvão, *Op. Cit.*, p.105-106.



Belém, a linda capital do Norte, desperta de um grande sono. Abriu os olhos para a distância. Olhou assustada para a agitação cotidiana da vida. Olhou e sorriu. Recordou o passado. De suas terras vieram para a Academia Humberto de Campos, o poeta panteísta; José Veríssimo, o crítico consciencioso da geração antiga; Inglês de Souza, o jurista que todos nós respeitamos. Depois vieram Celso Vieira, Oswald Orico, Peregrino Júnior, Martins Napoleão, Mecenas Dourado. E assim como a Bela Adormecida acorda em meio ao bosque, Belém olhou deslumbrada para o que vira. Calma em tudo. Os seus poetas não mais acreditavam na Arte. De Severino Silva, o maior de todos (...), eu assistia do Rio, sem poder crer absolutamente na paralisação do ambiente literário de Belém. De longe em longe, lia nas revistas, um soneto de Rocha Moreira, uma crônica de Bruno de Menezes, uma descompostura do Pe. Dubois. Tive uma surpresa, deliciosa uma tarde. O correio me trouxera a correspondência. Eu estava num dia melancólico. Lera algumas páginas do meu Maeterlinck<sup>36</sup>. A espátula me rasgou os envelopes. Li a carta perfumada do Mucher Lion, vinda de Paris e da Argentina. Uma de Alfredo Barrios, excelente. O poeta tem 20 anos. É um lindo adolescente de olhos verdes como os de Carlos Maul. Di Cavalcanti me envia de Paris um álbum de Paul Cézanne. Mas, entre as cartas havia uma de Bruno de Menezes. Abria com a curiosidade de sempre. Numa letra sugestivamente encantadora, o poeta (...) dizia-me da publicação de Belém Nova, onde (...) iria reunir os elementos antigos e modernos para a Arte Maravilhosa que nos deu um Gabriel Danunzio<sup>37</sup> (...) Paulo de Oliveira me havia dito que a cidade de Belém tangia novamente as flautas abandonadas pelos que partiram para novos rumos, para novos destinos. E o poeta teve razão. A revista de Bruno de Menezes é um grito de revolta contra o desânimo<sup>38</sup>.

O texto emocionado de Francisco Galvão era contundente: Bruno de Menezes apenas havia reunido o que já existia e essa foi sua grande obra. O modernismo brotara de algo plantado muito antes pelas gerações passadas. Bruno, a seu modo, também acreditava nisso, tanto que Belém Nova foi, a um só tempo, passadista e modernista – nos conceitos da época. Mas o que se publicava no Rio de Janeiro sobre o modernismo paraense era muito sumário, embora esse desconhecimento não fosse privilégio somente da Amazônia. Além disso, havia um pecado reproduzido infinitamente pelos próprios modernistas de então. Sempre que se queria anunciar a adesão de uma “província” à nova estética, usava-se um critério análogo ao da matemática. O grupo de literatos era tomado, assim, como um conjunto de elementos, fechado, para uma operação binária, unívoca e associativa. Para os participantes do movimento, isso era muito claro e evidente. Joaquim Inojosa, um dos mais ativos literatos pernambucanos da década de 1920, explicava esse ponto de vista do seguinte modo: depois de formado o grupo dos modernistas de São Paulo, “coube a Pernambuco o privilégio de ter sido a primeira província a entrar em contato (...) e deles receber mandato expresso para divulgar-lhes as ideias renovadoras, ainda incubadas na chocadeira da Semana de Arte Moderna”<sup>39</sup>. Mais adiante arrematava: “Constituiu-se o Recife numa espécie de torre de repetição, através da qual de Maceió a Belém do Pará se iriam captar as mensagens enviadas”<sup>40</sup>. Os grupos se formavam para desenvolver sua “própria personalidade”, tomando as referências estrangeiras “apenas por modelos de rebeldia literária”, acreditava Sérgio Buarque de Holanda, ainda em 1922<sup>41</sup>. O intelectual politizado estava fadado a acreditar no discurso homogêneo e unívoco dos *novos* de então.

Embora a percepção prosopográfica das confrarias literárias não escondesse a importância dos líderes e dos fundadores do movimento, era fundamental para cada grupo afirmar sua identidade coletiva. Sérgio Buarque de Holanda reconhecia em Menotti del Picchia aquele que “abriu caminho (...) para a nova geração”, dando o “primeiro grito de alarme” contra o passadismo. Lúcido, o crítico reiterava mais à frente: “esse grito de alarme não era um poema moderno para a época, mas era moderno para São Paulo”<sup>42</sup>. Em 1923, Oswald de Andrade apontava Joaquim Inojosa como o introdutor das “novas ideias” em Pernambuco, assim como Carlos Drummond de Andrade e Mário Ruís em Minas Gerais<sup>43</sup>.

<sup>36</sup> Maurice Polydore Marie Bernard Maeterlinck (1862-1949) foi dramaturgo, poeta e ensaísta, além de principal expoente do teatro simbolista franco-belga. Cf. Auguste Bailly, Maeterlinck. Paris: Firmin-Didot, 1931.

<sup>37</sup> Gabriele D’Annunzio (1863-1938) foi poeta e dramaturgo, símbolo do decadentismo e herói de guerra. Além de sua carreira literária, teve também uma excêntrica e muito comentada carreira política. Cf. Marcel Bouglenger, Chez Gabriele d’Annunzio. Paris: La Renaissance du Livre, 1921, que circulou em Belém na época.

<sup>38</sup> Francisco Galvão, Op. Cit., p.105-106.

<sup>39</sup> Joaquim Inojosa, “O modernismo nas províncias”. Boletim de Ariel. v.1, n.1. Rio de Janeiro, 1973, p.9.

<sup>40</sup> Idem, ibidem

<sup>41</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Literatura nos Estados: São Paulo”. Mundo Litterario. v.1, n.2. Rio de Janeiro, 1922, p.251.

<sup>42</sup> Sérgio Buarque de Holanda, Op. Cit., p.251

<sup>43</sup> Oswald de Andrade, “O esforço intelectual do Brasil contemporâneo”. Revista do Brasil. n.96. São Paulo, 1923, p.10.

Enquanto isso, o próprio Inojosa afirmava a preeminência de Bruno de Menezes em Belém: “caberia a este atender ao apelo dos modernistas de Pernambuco e arregimentar os jovens do Pará para a batalha renovadora”<sup>44</sup>. Essas lideranças, no entanto, não passavam, na leitura da época, de porta-vozes de um anseio coletivo. Foi o mesmo Bruno de Menezes que em carta a Inojosa esclarecia a respeito: “Em Belém, segundo meus irmãos em arte, tenho sido um inovador e um progressista (...). Daí querer, com frenesi, a ideia nova, a poesia inédita”<sup>45</sup>. De Campos Ribeiro, parceiro de Bruno, concluía que a razão de tudo era a existência do “grupo intelectualmente homogêneo”<sup>46</sup>. Essa visão política sobre o predomínio do coletivo sobre o individual, gestada contemporaneamente pelos próprios participantes do movimento, produziu, no entanto, uma visão limitada e bastante superficial das diferentes origens dos membros do grupo. Vistos de longe, pelas páginas dos magazines, nas acirradas polêmicas da imprensa, eram todos de fato muito parecidos, de perto, nem tanto.

**Artigo recebido em: 15 nov. 2022. | Artigo aprovado em: 30 nov. 2022.**

<sup>44</sup> Joaquim Inojosa, “Variações do Grão-Pará I”. O Jornal. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1971, p.2.

<sup>45</sup> Fundação Casa de Rui Barbosa, Coleção Joaquim Inojosa, Carta de Bruno de Menezes a Joaquim Inojosa. Belém, 25 de maio de 1924.

<sup>46</sup> De Campos Ribeiro, Graça Aranha e o modernismo no Pará. 2ªedição. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p.23.